

DISCURSOS DOS PRESIDENTES DE MINAS GERAIS SOBRE O TRABALHO E O TRABALHADOR¹

SPEECHES FROM MINAS GERAIS' PRESIDENTS ABOUT WORK AND WORKERS

DISCURSOS DE LOS PRESIDENTES DE MINAS GERAIS SOBRE EL TRABAJO Y EL TRABAJADOR

Irlen Antônio GONÇALVES²

RESUMO: O artigo analisa os discursos dos presidentes do Estado de Minas sobre o trabalho e o trabalhador, nas décadas iniciais da República. O objetivo é tornar possível o levantamento de questões relacionadas às representações que se produziram sobre o trabalho e o trabalhador, identificando como o trabalho foi pensado no seu tempo histórico e como sua concepção foi construída. As fontes são as mensagens que os presidentes enviavam ao Legislativo. E as referências teóricas utilizadas contam com o aporte da História Política e História dos Conceitos, a partir de Berstein e Koselleck. Metodologicamente, propomos uma análise que privilegia os discursos como portadores e constituintes de uma representação de sociedade, de sujeitos e de trabalho.

Palavras-chave: Discursos. Trabalho. Trabalhador. Representações.

ABSTRACT: The article analyzes the speeches of the presidents of the State of Minas Gerais about work and the worker, in the initial decades of the Republic. The objective is to raise questions related to the representations made of work and worker, identifying as the work was devised in its historical period and as its conception was constructed. The sources are the messages the Presidents sent to the Legislative Assembly. The theoretical references utilized rely on the approach of Political History and the History of Concepts, from Berstein and Koselleck. Methodologically, we propose an approach that highlights discourses as bearers and crafters of a representation of the society, of the subject and of the work.

Keywords: Speche. Work. Workers. Representations.

RESUMEN: El artículo analiza los discursos de los presidentes del estado de Minas Gerais acerca del trabajo y el trabajador, en las décadas iniciales de la Republica. El objetivo es hacer posible que surjan preguntas relacionadas con las presentaciones que se hicieron sobre el trabajo y el trabajador, identificando como el trabajo fue pensado en su período histórico y como su concepción fue construida. Las fuentes son mensajes que los presidentes enviaban al Legislativo. Las referencias teóricas utilizadas cuentan como aportes de Historia Política e Historia de Conceptos, a partir de Bernstein y Koselleck. Metodológicamente, promovemos un análisis que privilegia los discursos como a portadores y constituyentes de una representación de la sociedad, del sujeto y del trabajo.

Palabras clave: Discursos. Trabajo. Trabajador. Representaciones.

¹Esse texto é resultado da pesquisa em desenvolvimento e coordenada pelo autor, intitulada: república, educação e formação do trabalhador (1889-1930). Conta com o apoio financeiro da bolsa de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

²Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica, do CEFET-MG. Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: irlen@terra.com.br

Introdução

A análise que se propõe, neste texto, sobre o conceito de trabalho nos discursos dos presidentes do Estado de Minas Gerais, se orienta pelas seguintes premissas: 1^a – Falar da produção de um conceito de trabalho na República é falar da produção da própria República. O mesmo movimento de construção da República é, intrinsecamente, o movimento de construção das representações de trabalho e trabalhador; 2^a – Falar em trabalho na República é falar no plural, trabalhos. Assim, numa República plural, também plural serão os conceitos de trabalho, trabalhador, de sociedade, de nação e de cidadania; 3^a – Os conceitos de trabalho dos republicanos, principalmente o de trabalho assalariado, foram produzidos para produzir a República. Dentro disso, o intento é tornar possível o levantamento de questões relacionadas às representações que os presidentes do Estado produziram sobre o trabalho e o trabalhador, nos aspectos determinantes da legitimação de um ideário modernizador, identificando como o trabalho foi pensado no seu tempo histórico e como sua concepção foi construída. Ademais, desvelar tais conceitos é lançar luzes para o entendimento das políticas públicas para a educação profissional.

Os discursos dos presidentes serão analisados a partir das mensagens dos presidentes de Estado, que tiveram seus mandatos entre os anos de 1891 a 1930. Tais mensagens representam o *corpus* documental e são consideradas como uma apresentação de uma situação de comunicação, assim como definida por Charaudeau (2008). Elas foram produzidas em forma de relatórios digitados e enviados ao Congresso Mineiro anualmente, contendo disposições acerca da administração do Estado, frente as dificuldades e soluções ressaltadas pelo presidente em exercício. No *corpus* de tais fontes está definida a intertextualidade, considerada como a que abrange os tipos de relações que uma formação discursiva mantém com outras formações discursivas, e que é estabelecida fundamentalmente no diálogo do executivo com o legislativo. Nele encontramos mais que um balanço anual das atividades administrativas investidas no Estado de Minas Gerais. Contém, dentre outras coisas, apelos políticos dos presidentes para convencer deputados e senadores a apoiarem e legislarem a favor de seus governos. Os presidentes, ao enviar suas mensagens o faziam atendendo a, pelo menos, duas perspectivas: uma informativa, para prestar contas das ações do governo no transcurso do ano administrativo que se findou; outra político-administrativa, para

mostrar aos legisladores as demandas postas pelo governo, uma vez que era da competência do Congresso a votação dos projetos encaminhados pelo Executivo.

A sequência do texto contempla uma abordagem inicial sobre as mensagens dos presidentes (ou governadores) do Estado de Minas Gerais, a formação desses sujeitos, atentando para o número significativo de bacharéis em direito que ocupará o lugar de produção dos discursos. Conhecido o sujeito do discurso, a análise se volta para a compreensão do uso que se fazia dos termos *trabalhado* e *trabalhador*, entendendo-os dentro do uso designativo da linguagem em uso no momento histórico e de suas várias acepções que apontam para a conceituação do trabalho e trabalhador. Na continuidade até o seu final, o texto aborda o trabalho e o trabalhador, captando nos discursos o entendimento conceitual de ambos os termos como uma atividade ou serviço cujo desenvolvimento se dava na prática das profissões.

Os presidentes do Estado de Minas Gerais

No intervalo de quarenta anos, as mensagens dos presidentes alcançam o total de 41³ relatórios, conforme informado na TAB 1, contendo 4.883 páginas, que foram analisadas apreendendo a incidência da expressão *trabalho e seus correlatos*. Elas trazem elementos textuais que possibilitam fazer as leituras dos discursos políticos, tal como abordado por Serge Berstein (1998) sobre a noção de cultura política.

As mensagens dos presidentes, além de contribuírem para a percepção de uma representação⁴ sobre a atividade do trabalho e do sujeito trabalhador, contribuem também para a explicitação da trama que esteve implicada no processo de produção da sociedade republicana mineira, a partir do lugar⁵ daqueles que detinham o poder de conformar e/ou de controlar.

³ Ressalto que no ano de 1904 foram redigidas duas mensagens, uma contendo 109 páginas e a outra 17.

⁴ Propomos uma análise que privilegia os discursos como portadores e constituintes de uma representação de sociedade, de sujeitos, de estratégias, enfim de uma realidade social, inspirada nos referências metodológicas da análise do discurso de influência francesa cujo objeto é o discurso do tipo escrito. Nessa, o discurso é considerado como prática de linguagem que medeia a relação entre o homem e a sua realidade natural e social constituindo-o e à sua história. Por isso, toma em consideração os processos e as condições de produção da linguagem, ou seja, relaciona a linguagem à sua exterioridade, considerando assim, o discurso como um objeto sócio-histórico, dimensionado no tempo e no espaço das práticas dos homens (ORLANDI, 2009) Dessa forma, o discurso aqui está sendo entendido como prática do social e textualmente por comunidades discursivas diversas, isto é, tanto por grupos, como “instituições e relações entre agentes”, quanto por “tudo o que estes grupos implicam no plano da organização material e modos de vida” (MAINGUENEAU, 1997, p.56)

⁵ A especificação do lugar que se quer retratar diz respeito à opção de uma escala de observação que contribui com a redução e a localização daquilo que se quer ver. Nesse sentido, como observa Lepetit (1998, p. 94), “a adoção de uma escala é antes de mais nada a escolha de um ponto de vista de

Quadro 1 - Relação dos Presidentes do Estado, por datas e quantidades de mensagens produzidas

NOME	DATAS DAS MENSAGENS	QUANTIDADE
1. Antônio Augusto de Lima	1891	1
2. Eduardo Ernesto da Gama de Cerqueira	1892	1
3. Affonso Augusto Moreira Penna	1893-1894	2
4. Crispim Jacques Bias Fortes	1895-1898	4
5. Francisco Silviano de Almeida Brandão	1899-1901	3
6. José Cândido da Costa Senna	1902	1
7. Francisco Antônio Salles	1903-1906	5
8. João Pinheiro da Silva	1907-1908	2
9. Wenceslau Braz Pereira Gomes	1909-1910	2
10. Júlio Bueno Brandão	1911-1914	4
11. Delfim Moreira da Costa ribeiro	1915-1918	4
12. Arthur da Silva Bernardes	1919-1922	4
13. Raul Soares de Moura	1923-1924	2
14. Fernando de Mello Vianna	1925-1926	2
15. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	1927-1930	4

Fonte: Mensagens dos Presidentes do Estado de Minas Gerais – 1891-1930.

É digno de nota que entre os anos de 1891 a 1930, dos quinze presidentes, doze foram formados em direito, um em medicina, outro em engenharia e outro era advogado prático. No quadro seguinte pode-se identificá-los, bem como verificar a instituição formadora e o período em que tal formação ocorreu. Vale ressaltar a origem de formação comum existente entre eles, sendo onze formados pela Faculdade de Direito de São Paulo, como pode ser visualizado no Quadro 1.

Quadro 2 - Presidentes do Estado de Minas Gerais, formação acadêmica, local e data.

NOME	FORMAÇÃO	LOCAL	ANO
1. Antônio Augusto de Lima	Direito	São Paulo	1882
2. Eduardo Ernesto da Gama de Cerqueira	Direito	São Paulo	1868
3. Affonso Augusto Moreira Penna	Direito	São Paulo	1870
4. Crispim Jacques Bias Fortes	Direito	São Paulo	1870
5. Francisco Silviano de Almeida Brandão	Médico	Rio de Janeiro	1875
6. José Cândido da Costa Senna	Engenharia	Ouro Preto	1880
7. Francisco Antônio Salles	Direito	São Paulo	1886
8. João Pinheiro da Silva	Direito	São Paulo	1887
9. Wenceslau Braz Pereira Gomes	Direito	São Paulo	1890
10. Júlio Bueno Brandão	Advogado prático	-----	1879
11. Delfim Moreira da Costa ribeiro	Direito	São Paulo	1890
12. Arthur da Silva Bernardes	Direito	São Paulo	1900
13. Raul Soares de Moura	Direito	São Paulo	1900
14. Fernando de Mello Vianna	Direito	Ouro Preto	1900
15. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	Direito	São Paulo	1891

Fonte: Mensagens dos Presidentes do Estado de Minas Gerais – 1891-1930.

Dada essa preponderância de formandos na Faculdade de Direito de São Paulo, pode ser afirmado que essa Faculdade se constituiu como um importante centro de

conhecimento”. Além disso, como o interesse é o de analisar o discurso, a escala de observação terá como referência os lugares de produção dos discursos, entendendo-os como lugar de “elaboração dos sistemas de pensamento”, “lugar cujo sentido está relacionado ao próprio ato de comunicação” e “lugar onde é produzido o comentário” (CHARAUDEAU, 2008, p. 40).

DOI: <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2019.3241>

EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação, Porto Velho, v. 6, n. 13, p. 99-113, jan/mar, 2019. e-ISSN: 2359-2087

formação de uma inteligência política para o Brasil, particularmente para o Estado mineiro. O objetivo dessa instituição, além de formar o profissional da área, era, sobretudo, o de formar lideranças políticas, para os diversos campos da vida pública, de modo a estarem aptos a enfrentar os desafios do Brasil como nação, traçando seus rumos pelo império das leis (SCHWARCZ, 1993; ADORNO, 1988). Essa assertiva se confirma no discurso de Rui Barbosa, por ocasião de sua visita à Faculdade, quando afirmou que “o mundo acadêmico e o mundo político se penetravam mutuamente” (BARBOSA, 1909, 159)⁶. Dessa forma, não é sem sentido a expressiva tese de Adorno, quando vai afirmar que quem passava pela Faculdade de Direito era considerado um “aprendiz do poder”.

De fato, há de se considerar pertinente essa passagem dos políticos mineiros por aquela instituição. Eles, e muitos outros, que ocuparam os vários cargos públicos, no Estado de Minas Gerais, iniciaram-se na carreira jurídica e política, naquele centro de formação. Essa consideração é pertinente para o conhecimento da rede de sociabilidade que se constituiu ao longo da vida desses políticos, sobretudo, por ser a Faculdade de Direito o ponto de partida para o entendimento do entrelaçamento da cultura político-jurídica, propiciada pelas várias relações que eles travaram com seus colegas, professores e outros mais que fizeram parte de suas redes de convivência. Com esses, compartilharam sonhos e expectativas de construção de carreiras e, bem assim, de produção da sociedade brasileira, mineira em particular.

Estudar na Faculdade de Direito poderia supor estar num ambiente propiciador de uma reflexão acerca do direito, mas não é isso que as pesquisas têm indicado⁷. Segundo alguns autores, as Faculdades de Direito no Brasil não surgiram como *locus* de reflexão sobre as especificidades do direito, pelo menos no interior das salas de aula, mas, sobretudo, como afirmado por Adorno, na Faculdade de Direito de São Paulo,

o papel ideológico do ensino superior [...] foi o de justamente nada ensinar a respeito do direito. Muitos tiveram de aprendê-lo na prática ou na solidão dos quartos das repúblicas, como deixam entrever as memórias e os depoimentos históricos (ADORNO, 1988, p. 145).

Ainda que neste texto não tenhamos como objetivo uma análise do discurso jurídico, a consideração de que majoritariamente os presidentes tenham formado em bacharel em direito não pode ser deixado de lado. É certo de que na retórica dos discursos das mensagens há toda influência da formação de seus postuladores, portanto

⁶ Revista da Faculdade de Direito de São Paulo - RFDSP

⁷ Ver Adorno (1988), Schwarcz (1993) e Alvarez (2003).

o conceito de trabalho carrega consigo um viés jurdicista. Atento a essa questão, as mensagens serão entendidas, como afirmado por Pocock (2003), como linguagem e, na sua forma de expressão, como discurso, que tem a sua origem nas práticas institucionais da sociedade. Deste modo, a retórica dos discursos políticos, proferidos pelos presidentes, terá o entendimento de que carrega consigo os lugares de formação de seus sujeitos e de sua profissionalização de homens da lei, exercidos no âmbito de sua legitimidade de juristas, assim como os lugares de pertencimento que origina o discurso.

Trabalho e trabalhador: designações e acepções possíveis

Nas 41 mensagens analisadas a palavra trabalho apareceu 956 vezes e a trabalhador 73. Tais palavras foram utilizadas com sentidos variados e com acepções diversas, como indicava o seu emprego nos dicionários da época e seu uso comunicacional. Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, de Antônio de Moraes Silva, do ano de 1891, o substantivo masculino trabalho designava o “exercício corpóreo, rústico ou mecânico” (SILVA, 1891).

Já a palavra trabalhador, no mesmo dicionário, tinha a designação de o “obreiro ganhão, o que dá achegas á obra; que trabalha em lavouras, em navios”. Ou, ainda, aquele “dado ao trabalho, não ocioso; que puxa no trabalho” (SILVA, 1891).

Outro dicionário, o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Cândido Figueredo, de 1913, concebe como trabalho a

aplicação da atividade intelectual ou física. Serviço. Fadiga. Ação de um maquinismo. Resultado dessa ação. Resultado de um serviço ou da atividade física ou moral do homem. Labutação. Cuidado ou esmero em qualquer serviço. Aflição, inquietação. Exercício. Obra, que está para fazer-se ou em via de execução. Maneira, com que se exerce a atividade intelectual ou material. Ação mecânica dos agentes naturais. (FIGUEREDO, 1913).

Nesse mesmo dicionário, trabalhador tem a designação de “aquele que trabalha. Jornaleiro. Aquele que se ocupa nos trabalhos mais rudes do campo. Dado ao trabalho, que gosta de trabalho. Laborioso” (FIGUEREDO, 1913).

É oportuna a observação de que, no dicionário de 1891, as designações para as palavras trabalho e trabalhador aproximam-se de uma concepção aviltante da atividade humana, para o exercício da atividade da fadiga ou do esforço do desenvolvimento de ações que requerem ocupações numa determinada atividade mecânica, com o uso do

corpo, das mãos mais precisamente. Diferentemente, o dicionário de 1913 inclui as atividades que são desenvolvidas com o uso da mente. Assim, pode ser entendido que o trabalho, de maneira geral, obtém o sentido do desenvolvimento de uma determinada atividade corporal ou mental. No primeiro caso é possível afirmar, indiciariamente, que o aspecto aviltante presente no uso do termo relacionava-se a proximidade do período escravocrata, quando o trabalho mecânico recebia a condição de atividade negativa. Quem desenvolvia o trabalho com as mãos era, pois, igualado ao escravo. Noutra caso, é possível apreender o esforço de superação de toda negatividade do trabalho, mecânico principalmente, atribuindo a ele também as atividades mentais, como resultado do esforço do serviço desenvolvido pelo ser humano. Sua atribuição, nesse caso, encontra-se colada no entendimento do trabalho como serviço ou como atividade, seja com o corpo ou com a mente.

Será nesse sentido, do trabalho como atividade e como serviço, que a leitura das mensagens, no que tange a construção do conceito de trabalho, será apreendida, pois, como sugere a História dos Conceitos, a apreensão deles precisa considerar os atos de suas formulações linguísticas no âmbito e na dependência da experiência de seus formuladores, no tempo histórico (JASMIM, 2005).

Assim, as várias acepções sobre o trabalho e trabalhador nas mensagens presidenciais referem-nas como uma determinada atividade, ou serviço, que eram desenvolvidos por pessoas nas suas mais diversas realidades sociais onde se encontravam. Sejam aquelas de caráter mecânico ou mental. O que irá nos interessar nesse texto é o trabalho como uma atividade ou serviço cujo desenvolvimento se dava nas lidas das profissões. Ademais, tais acepções serão captadas nos usos formulados que se referiam à atividade produtiva, aquela pensada para positivar o trabalho como conceito moderno de República, de Brasil como país avançado no rumo do progresso.

Trabalho e trabalhador: atividade e serviço

Uma primeira questão posta sobre o trabalho e o trabalhador, poucos anos após a abolição da escravatura e a proclamação da República, foi o da atividade/serviço da produção da lavoura, como expresso na afirmação do presidente Afonso Penna, em 1893:

o principal inconveniente de que se queixa a lavoura é a pouca estabilidade do trabalhador nacional, de sorte que o lavrador não tem

bases seguras para alargar ou restringir as suas plantações, pela incerteza de conservar o trabalhador [...] O que muito cumpre ter em vista é o valor econômico do trabalho nacional. (PENNA, 1893, p. 22-23)

A questão posta pelo presidente refere-se ao atendimento da demanda da produção da lavoura de cereais que havia decaído com a falta de braços, decorrente do final do trabalho compulsório. A discussão que ele promovia colocava em pauta duas temáticas: uma sobre o trabalhador nacional e outra sobre o trabalhador imigrante. A primeira dizia respeito à falta de braços para o trabalho livre, do trabalhador fixado na origem onde demandava o serviço. Como cidadão livre, o trabalhador se deslocava para outros Estados em busca de melhores condições de trabalho e salário, principalmente para o melhor atendimento de suas necessidades. Nesse caso, era comum o deslocamento para outros centros de produção, como o Rio de Janeiro e São Paulo, sobretudo para os lugares onde tinham grandes lavouras de café. Alia-se a isto a questão da ociosidade e da vagabundagem reclamada. Como cidadão livre, o negro principalmente, escolhia o que fazer da sua vida. Ou deslocava-se para outros centros, onde ganhava o seu salário nas atividades cíclicas da produção agrícola e depois voltava para a sua origem para gastar o seu ganho, ou se fixava na própria localidade. A segunda temática era a da colonização, pela via da importação de trabalhador estrangeiro. A ausência de trabalhadores nacionais fixos nas lavouras reclamava a opção alternativa de imigração, tal como expressou o presidente: “para ocorrer a deficiência de braços para a lavoura, tem sido reclamada a introdução de imigrantes chineses” (Idem, 1893, p. 22).

Atento a consideração da importância da associação entre a linguagem e o seu momento histórico (KOSELLECK, 2006), com seus vieses específicos, no que tange ao previsto pela orientação culta da língua e seu uso na realidade vivida, demarcando sentidos e significados que os seus propositores desejavam, é possível afirmar que o conceito de trabalho, também o seu correlato trabalhador, recebeu a atenção mensurável de determinada atividade realizável por determinada pessoa com o fim de prestação de serviço a uma sociedade que queria se fazer produtiva. Não é menos importante também considerar que, ao se fazer uso da palavra trabalho, foi necessário, além da identificação da atividade proposta a executar, levantar a sua contradição, isto é, trabalho como superação da vadiagem, do ócio e da vagabundagem. Vê-se nisso, como já dito

anteriormente, o esforço de positivação da atividade mecânica-produtiva, como forma de superação de sua herança negativa.

Embora seja o esforço dessa reflexão realçar o uso do conceito trabalho por parte dos presidentes, não seria prudente de minha parte esquecer de afirmar que esse conceito, ao mudar de endereço, muda também de sentido e significado. Essa assertiva pode ser apreendida no próprio discurso do presidente quando reclama, após a afirmação de que o que lhe cumpria ter em vista era o “valor do trabalho nacional”, da saída dos trabalhadores das fazendas mineiras para outros destinos:

de longos anos, ainda ao tempo da escravidão, mais de uma vez ouvi um ilustre fluminense declarar que as fazendas da província do Rio dirigiam-se turmas de trabalhadores livres mineiros, que ele reputava os melhores derrubadores das florestas virgens. (PENNA, 1893, p. 23)

Além disso, acrescenta à sua reclamação: “os trabalhadores deslocam-se em busca de melhor salário e quando voltam, entregam-se ao descanso, gastando o que ganharam, além da perda de dias durante a viagem” (PENNA, 1893, p. 23). Tal afirmação aclara que a relação do trabalhador com o trabalho ganha vulto de sua relação com a vida (ARENDETT, 2013), pelo deslocamento em busca de melhores salários e melhores condições. Ademais, quando voltam para o seu local de origem o fazem para aplicar livremente o resultado do seu esforço.

Dentro da linha de raciocínio do presidente Afonso Penna, outro presidente, Chrispim Jacques Bias Fortes, em 1897, ratificou o conceito de trabalho, assim como seu correlato, adensando-o com aspectos de qualificação. Em sua mensagem ao Legislativo daquele ano, disse:

a diminuição do custo da produção agrícola não é problema que se possa resolver simplesmente com a introdução de novos trabalhadores, que venham multiplicar os braços empregados na lavoura; o aumento de braços resolve apenas uma parte do problema, pertencendo a outra, como já tenho aludido, ao desenvolvimento da capacidade produtora pela vulgarização dos métodos racionais de cultura.

Convencido disto e no pensamento de conseguir o desejado resultado, o governo tem procurado dar o maior desenvolvimento possível ao ensino agrícola, experimental e prático, certo de que nenhum serviço de mais salutares efeitos pôde ser prestado ao Estado, do que difundir pela lavoura os processos aperfeiçoados de trabalho, o emprego dos meios mecânicos de cultivar a terra, o conhecimento das variadas aptidões desta, que a habilite a retirar dela todos os proveitos de que é capaz (FORTES, 1897, p. 21-22).

Como visto, e o entendimento analítico aponta, o problema do trabalho nas lavouras não se resolvia quantitativamente, aumentando os braços para sua realização. Era preciso investir na capacitação dos trabalhadores, especialmente por meio do conhecimento de novos métodos racionais de cultura. Tal pleito seria executado com a implementação da escolarização das atividades da lida do campo, por meio do ensino agrícola. Vê-se nisso que o trabalho, para além da atividade braçal, exigia formação intelectual que se desdobrasse em conhecimentos de processos aperfeiçoados, de usos de máquinas de cultivo da terra e outras aptidões habilitadoras de fazer produtiva a atividade/serviço. Nessa associação de trabalho com os braços e com as mentes se encontra o conceito de trabalho colado ao esforço de produtividade, comum nas sociedades que se diziam modernas.

Assim como é recorrente nas mensagens a relação entre trabalho/trabalhador e vadiagem, ócio e vagabundagem, o é também a sua relação com o crime. Sobre isso, encontra-se na afirmação do presidente Francisco Antonio de Salles a seguinte assertiva:

a ação do Governo tem-se feito sentir em benefício do trabalho, da indústria e do comércio, *pela repressão dos crimes e da vadiagem*, pela garantia à propriedade, pelos esforços empregados junto das estradas de ferro para facilitar os transportes e reduzir tanto quanto possível os fretes, especialmente das mercadorias de pouco valor e de grandes distancias a percorrer. (SALLES, 1904, p. 83) [grifos nosso].

Chama a atenção a forma como o presidente fez a vinculação do trabalho com o crime e vadiagem. Primeiramente é bom que se diga que tal presidente era um bacharel em direito, formado na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1886. Por isso, não é sem sentido a vinculação que fez.

Segundo Alvarez (2003), estudioso dos juristas brasileiros, o saber jurídico, sobretudo aquele relacionado ao tema da criminalidade, voltou-se para o pensar a sociedade brasileira a partir da perspectiva do controle social. Nesse sentido, não foi sem razão que a preocupação principal era a de criar normas que pudessem controlar as condutas ou preveni-las para evitar comportamentos indesejáveis. No caso da criminologia, o debate sobre o crime deslocou-se, no final do século XIX, para o criminoso⁸. Nesse âmbito, a educação ganhou peso, pois somente ela seria capaz de combater a criminalidade pela via de uma educação moral de crianças, jovens e adultos.

⁸ No final do século XIX os discursos jurídicos começaram a ser influenciados pela sociologia francesa e pela antropologia italiana.

Os adeptos da criminologia defendiam a necessidade de uma educação moral, “pois é esta que poderia, ao fornecer um senso moral adequado às necessidades da sociedade, coibir os atos antissociais” (ALVAREZ, 2003, p. 159). Ao defenderem a educação, ampliavam o debate para a criação de institutos disciplinares, pois eles teriam como objetivo agir sobre os vadios e delinquentes, dando a eles o senso moral necessário que garantiria a vivência normal no seio social. Aliado a isso, defendiam a inclusão da formação para o trabalho, pois essa atividade teria um papel corretivo daquele potencialmente criminoso.

Reprimir o crime e a vadiagem era, para o presidente e bacharel Francisco Salles, uma meta pensada para o controle da sociedade por parte do seu Governo. Para isso, lançou mãos do serviço policial, da instrução para o trabalho, de forma a tornar ordeira a vida comunitária dos mineiros, principalmente daqueles que se encontravam nas cidades. É dele afirmação de que

não se há descurado o Governo da repressão da vadiagem, tendo a Chefia de Polícia recomendado com insistência a seus prepostos a máxima vigilância e energia contra os desocupados, ministrando-lhes instruções necessárias, de modo que a ação das autoridades se vai fazendo sentir, compelindo os ociosos a se dedicarem a uma ocupação lícita, de qual possam tirar os recursos indispensáveis à sua subsistência. (SALLES, 1904, p. 27)

É notória nos discursos dos presidentes a valorização da educação escolar como forma de ampliação do conceito de trabalho, superando a sua associação as atividades apenas mecânicas, na direção da sua racionalização pela via da ampliação da inteligência do trabalhador. Há, pela via da escolarização, um horizonte de expectativa, como concebido por Koselleck (2006, p. 310), um “futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade” que fazem parte do intento de positividade da atividade do trabalho, como forma de fazer progredir o trabalhador com a ampliação da sua inteligência. Essa assertiva se confirma na afirmação do presidente João Pinheiro da Silva:

ao lado da instrução primária remodelada, e de modo a corresponder-lhe, cumpre reformar a instrução secundária, de sorte que, na luta pela vida, satisfaça as novas necessidades sociais, e na agricultura, na indústria, no comércio abra indefinido horizonte ao trabalho inteligente, esclarecido pelos princípios da ciência e pelos preceitos da arte. (SILVA, 1908, p. 40)

Se essa questão do crime associado a vadiagem, ao ócio e a vagabundagem é recorrente no aspecto de contrapor ao trabalho como negativo, quais serão, então, os atributos qualificadores do trabalho e trabalhador?

Vejam, num primeiro momento, como irá se referir ao problema, o presidente Wenceslau Braz Pereira Gomes, quando abordou a questão da assistência aos menores:

a utilíssima instituição que tantos aplausos tem provocado do Estado não só, mas do País inteiro também, colima resolver o importante problema do amparo e da educação de seus assistidos, desviando-os da estrada tortuosa do crime e os habilitando ao *trabalho honesto e á prática do bem*. (GOMES, 1909, p. 41) [grifos nossos].

A instituição que o presidente estava se referindo era o Instituto João Pinheiro⁹, cuja finalidade era a de recolhimento de menores desamparados, para educá-los e torná-los “cidadãos uteis à Pátria e à Sociedade” (GOMES, 1909, p. 41). Tal instituição não somente objetivava a prevenção do crime e da delinquência, mas, principalmente, formar para o trabalho, de maneira que a criança assistida se tornasse cidadã, honesta e praticante do bem. Isso significava dizer que não bastava ser trabalhador, mas era preciso ser honesto e praticar o bem. Honestidade e prática do bem eram o avesso do criminoso e delinquente, os qualificadores do ser trabalhador.

Outra qualificação dada ao trabalho pelo presidente, da mesma forma vinculada a formação escolar, foi o “trabalho nobilitante, profícuo e inteligente” (GOMES, 1909, p. 44). Os três adjetivos atribuídos ao trabalho são, deveras, interessantes. Nobilitante, que se relaciona ao comportamento nóbile, significa ser nobre, pertencente a classe das pessoas da nobreza. Essa forma de positivação do trabalho nos mostra como se deslocou o sentido do trabalho aviltante, vil, rebaixado, desprezado, desonrado, para o digno, honrado, magnânimo, próprios daquele pertencente a nobreza. Profícuo, dando sentido ao trabalho como vantajoso, útil e proveitoso. Inteligente, sendo capaz de fazer uso da razão e das ciências.

Outro elemento qualificador do trabalho e do trabalhador é a aptidão. Em várias mensagens, principalmente as que se referem a formação escolar do trabalhador da lavoura, essa qualificação se destacou, como pode ser visto na afirmação do presidente Arthur da Silva Bernardes, em 1922, referindo-se à formação de aprendizes de agricultura dos Institutos Agrícolas:

⁹ Instituto João Pinheiro, criado pelo Decreto de n.º 2.416, de 9 de fevereiro de 1909. Ver Faria Filho (2001)

estes estabelecimentos, que recebem os filhos de pequenos lavradores e, de preferência, os menores desprovidos de assistência natural, têm pôr fim a formação de trabalhadores *aptos para todos os misteres de lavoura*, de acordo com as modernas praticas agronômicas. (BERNARDES, 1922, pág. 67). [Grifos nossos].

Ser apto para os misteres das lavouras significava ser dotado de capacidade para a realização da atividade do ofício ou da profissão, com as atribuições de ser idôneo, habilitado e capaz.

Considerações finais

As reflexões que ora delineamos fazem parte da maneira de conceber a escrita da história, que se realiza a partir dos discursos documentais, como um jogo que se trava entre linguagens. São linguagens em dois tempos distintos, numa relação de representação do conhecimento sobre o tempo presente-passado, expressos em textos entendidos como discursos. Quem escreve uma história o faz a partir da leitura de um dado discurso que se materializa, também, no ato discursivo.

Outra questão, já posta por Koselleck (2006), é a necessária mediação existente entre o texto e a realidade/fenômeno/situação por ele retratado, o que não é fácil de se captar. Ainda assim, para se fazer/escrever história, a leitura do texto/documento, na sua relação com a realidade onde foi produzido, precisa, necessariamente, ser considerada. Linguagem e realidade estão expressas no texto, ainda que não sejam coincidentes.

Essas questões permearam a escrita aqui apresentada. E o esforço foi para fazer ver que o conceito de trabalho, e o seu correlato trabalhador, produzido pelos presidentes do Estado de Minas Gerais, foi sendo tecido por sujeitos posicionados historicamente que, a partir de suas realidades concretas, com anseios, sonhos, crenças e intencionalidades, debruçaram-se na sua esquematização, investindo na sua construção. Como se encontravam ocupando lugares de poder, de controle e de mando, explicitaram esses lugares. Se os sujeitos e os lugares fossem outros, outros conceitos certamente seriam aclarados.

O que apreendemos com a leitura e análise das fontes aqui apresentadas foi um conceito de trabalho que pode ser entendido como uma atividade/serviço desenvolvido por trabalhadores, de forma mecânica e/ou inteligente, numa sociedade que se queria fazer moderna, tendo no setor produtivo a sua ênfase. Ademais, soma-se a esse esforço o empreendimento de tornar o trabalho uma atividade/serviço digno e nobilitante, objetivando a superação da herança negativa e aviltante da sociedade escravocrata. Aqui, o discurso da escolarização do trabalhador e, por conseguinte, da atividade do

trabalho, o tornar-se escolar o *locus* da aprendizagem da profissão, ganha proeminência no pensar as políticas públicas para a educação profissional.

Referências

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALVAREZ, Marcos César Alvarez. **Bacharéis, criminologistas e juristas**: saber jurídico e nova Escola penal no Brasil. São Paulo: Método, 2003.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BARBOSA, Rui. Peça Oratória. **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo – RFDSP**, São Paulo, v. 17, p 152-178, jan. 1909.

BERNARDES, Arthur da Silva. **Mensagem dirigida ao Congresso Mineiro**. Imprensa Oficial. Belo Horizonte. 1922. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u304/>. Acesso em: 2 dez. 2013.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX & SIRINELLI (Org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **República, Trabalho e Educação**: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

FIGUEREDO, Cândido. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1913.

FORTES, Chripim Jacques Bias. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo**. Imprensa Oficial. Belo Horizonte. 1897. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2407/>. Acesso em: 2 dez. 2013.

GOMES, Wenceslau Braz Pereira. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo**. Imprensa Oficial. Belo Horizonte. 1909. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u293/>. Acesso em: 2 dez. 2013.

JASMIM, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 20, n. 57, p. 27-38, fev. 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto. 2006.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: Revel, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 77-102.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. Ed. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas. 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PENNA, Affonso Augusto Moreira. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo**. Imprensa Oficial. Ouro Preto. 1893. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2402/>. Acesso em: 4 dez. 2013.

POCOCK, Greville Agard. **Linguagem do ideário político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SALLES, Francisco. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo**. Imprensa Oficial. Belo Horizonte. 1904. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2414>. Acesso em: 05 dez. 2013).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

SILVA, Antônio de Moraes **Diccionario da Lingua Portugueza**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora Empreza Litteraria Fluminense, 1890/1891. 2v. 1891.

SILVA, João Pinheiro. **Mensagem dirigida ao Congresso Mineiro**. Imprensa Oficial. Belo Horizonte. 1908. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u291>. Acesso em: 2 dez. 2013).

Enviado em: Junho de 2018 .
Aceito em: Dezembro de 2018.

Como referenciar este artigo:

GONÇALVES, Irlen Antônio. Discursos dos presidentes de Minas Gerais sobre o trabalho e o trabalhador. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 6, n. 13, p. 99-113, jan/mar, 2019. e-ISSN: 2359-2087. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/index>.